

Avaliação da Política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais na Percepção de Agentes Estratégicos: Principais Resultados, Dificuldades e Perspectivas

Autoria: Fernanda Cristina da Silva, Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima, Thamiris Rodrigues Ferreira, Andréia Aparecida Albino, Mayra Amaral Silva, Ronise Suzuki de Oliveira

Resumo

O presente estudo tem como objetivo avaliar a Política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais na percepção de agentes estratégicos, especificamente no que se refere aos principais resultados (favoráveis ou não) alcançados, além das perspectivas com relação à continuidade da Política e dificuldades na sua execução. A pesquisa pode ser classificada como estudo de caso. Para a coleta dos dados primários, utilizou-se de pesquisa de levantamento. Os sujeitos sociais eram agentes estratégicos da Secretaria de Turismo de Minas Gerais – SETUR e dos circuitos turísticos formalizados até a época da pesquisa. Para a análise dos dados utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo. No geral, constatou-se que a Política alcançou os seguintes resultados favoráveis na percepção dos agentes estratégicos da SETUR: maior organização da atividade turística no Estado; aumento do fluxo turístico; maior descentralização de recursos; e a criação da Federação dos Circuitos Turísticos - FECITUR. Já na percepção dos agentes estratégicos dos circuitos, os principais resultados são: integração dos municípios para o desenvolvimento da região; aumento do fluxo turístico; despertar para o turismo; oportunidade de discutir com o Estado a Política; descentralização; e maior visibilidade de municípios que não eram destacados. Quanto a resultados desfavoráveis, somente identificou-se, na percepção de um dos agentes da SETUR, o fato de a Política beneficiar mais as regiões turísticas tradicionalmente conhecidas. Na percepção dos agentes dos circuitos, os resultados desfavoráveis são: dependência dos circuitos em relação à SETUR; baixo orçamento da SETUR; dificuldade de manutenção financeira; burocratização da SETUR; maior apoio aos circuitos mais desenvolvidos; falta de prioridade ao turismo; e muitas cobranças da SETUR, com pouco apoio. Quanto às dificuldades de execução da Política, constatou-se na percepção dos agentes da SETUR, a escassez de recursos, tanto financeiros quanto de pessoal, e a falta de entendimento das questões jurídicas sobre turismo. Na percepção dos agentes dos circuitos, as dificuldades são: dificuldade financeira; dificuldade de sensibilização da comunidade; reduzido número de funcionários no circuito e sobrecarga do gestor; falta de conscientização das prefeituras sobre a importância do turismo; falta de envolvimento e comprometimento dos associados com o circuito; dificuldade de trazer a iniciativa privada para o circuito; e ausência de gestor. Por fim, quanto às perspectivas com relação à continuidade da Política, constatou-se que os agentes da SETUR esperam que os circuitos se tornem cada vez mais competitivos, e que consigam atingir a sustentabilidade financeira. Já os agentes dos circuitos acreditam na continuidade da Política, porém, esperam que os circuitos menores e sem tradição recebam um maior apoio. Conclui-se que, a Política apesar de apresentar mais resultados favoráveis que desfavoráveis, tanto na visão dos agentes da SETUR quanto dos circuitos, as dificuldades apontadas, aliadas às fragilidades nas estruturas dos circuitos, que possuem poucos recursos humanos e financeiros, podem ameaçar a continuidade da Política.

1. Introdução

Desde a constituição de 1988, o debate sobre a reforma do Estado, principalmente na área social, ganhou impulso no Brasil. As propostas enfatizadas naquele momento eram sobre descentralização e participação dos cidadãos na formulação e implementação de políticas públicas (FARAH, 2001).

Nesse cenário, as Políticas Públicas de Turismo, até então desenvolvidas e geridas de forma centralizada pelo Sistema Nacional de Turismo, composto pela Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, pelo Conselho Nacional de Turismo – CNTur e pelo Ministério da Indústria e do Comércio, (EMMENDOEFER *et al.*, 2009), começaram a ser redesenhadas, assumindo características de políticas públicas descentralizadas e regionalizadas. Corroborando, Silveira (2002) afirma que somente a partir deste período a atividade turística passou a ser considerada na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento econômico regional.

Para se adequar a esse novo formato de gestão pública do turismo, os estados brasileiros começaram a se organizar para a formalização de um órgão para atender o setor turístico, e a discutir a necessidade de se criar políticas e planos estaduais para o seu desenvolvimento. Em estados como o Rio Grande do Sul, Ceará, Bahia, São Paulo e Minas Gerais, antes mesmo da criação de uma Política Nacional de Turismo, que se deu somente em 2003, após a criação do Ministério do Turismo, o modelo gestão regionalizada do turismo já era adotado. Nesse contexto, destaca-se Minas Gerais que, desde 1999, quando da criação da Secretária de Turismo - SETUR, vem gerindo a atividade por meio dos chamados circuitos turísticos, estes definidos, conforme o Decreto lei 43321 de 08/05/2003, como:

conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional (§ 1º do Art. 1º - Decreto lei 43321 2003 de 08/05/2003).

Salienta-se que, em Minas Gerais, a criação dos circuitos turísticos constitui uma Política própria - a Política de circuitos turísticos. Para Ramos (2006:1) a criação dos circuitos turísticos propõe uma nova concepção de relacionamento entre as diversas esferas do poder público e da sociedade civil, uma vez que se percebe um esforço para construir coletivamente a gestão do turismo no Estado. Para a autora, o “trabalho envolve negociações permanentes entre as instâncias envolvidas, articulações de acordos diversos e planejamento das ações de forma participativa, visando à integração entre os municípios integrantes”.

Não obstante, apesar de a Política de Circuitos Turísticos apresentar indicativos de sucesso, seus resultados ainda não foram objetivamente avaliados.

Nesse sentido, considerando a Política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais a principal linha de atuação da SETUR para a gestão do turismo de Minas Gerais e, ainda, a importância econômica e social do setor turístico, que gera receitas e empregos, e a suposta capacidade das políticas públicas de orientar as ações e decisões para o desenvolvimento do setor, parece relevante a seguinte proposta de pesquisa: avaliar a Política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais na percepção de agentes estratégicos, especificamente no que se refere aos principais resultados (favoráveis ou não) alcançados, bem como as perspectivas com relação à continuidade da Política e dificuldades na sua execução.

2. Referencial Teórico

Nesta seção, em função do objeto investigado, serão abordados os temas: Políticas Públicas de Turismo e Avaliação de Políticas Públicas.

2.1 Políticas Públicas de Turismo

De acordo com Cruz (2006, p.342) a política pública de turismo pode ser definida como “um documento público, que reúna o pensamento do(s) poder(es) público(s) (local, estadual, regional ou nacional) com relação à organização do setor turismo em um dado território”. Para o autor, a política pública de turismo é uma referencia para o planejamento do setor, tanto para os agentes públicos quanto para a iniciativa privada.

Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002: 294), apresenta a seguinte definição para a Política de Turismo:

Um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação.

Para Beni (1998), a política de turismo deverá nortear-se por três grandes condicionantes: a cultural; a social; e a econômica. A condicionante cultural se refere à política de preservação do patrimônio cultural, artístico, histórico, documental e paisagístico natural do país. Para tanto, os órgãos e entidades ligadas ao turismo deverão se articular com as organizações públicas e privadas, na conservação dos recursos naturais renováveis e dos valores culturais nacionais. A condicionante social se refere ao incentivo à criatividade, às artes e às manifestações sociais, artesanais e folclóricas, além de proporcionar o aumento de pessoas atingidas por essa Política e as áreas por ela interessadas ou beneficiadas. Por fim, a condicionante econômica é aquela pela qual os programas e projetos devem ativar e dinamizar os empreendimentos que atuam no setor, com amplo apoio ao comércio, à hotelaria, à produção especializada e artesanal, aos transportadores, às agências de viagem e a quaisquer outras iniciativas válidas no setor, privadas ou públicas. Assim, devem ser procurados de todas as formas os recursos necessários à promoção interna e externa e aos investimentos de infra-estrutura em nível municipal, estadual e federal, de modo a ativar o produto nacional e o aumento da entrada de divisas (BENI, 1998: 104).

Ainda segundo Beni (1998), cabe aos órgãos públicos federais de turismo a formulação das diretrizes e a coordenação dos planos em âmbito nacional e internacional, e aos órgãos públicos estaduais e locais o apoio federal, a concepção dos programas e a execução dos projetos regionais e locais, além de ações dos melhoramentos e equipamentos necessários ao uso público das áreas de interesse turístico. Nesse sentido, os programas, projetos e atividades, em âmbito internacional, nacional e regional, são consubstanciados num plano, de duração plurianual, embora permitindo revisões parciais periódicas, o qual orientará a alocação de recursos quantificará as metas a alcançar. Assim, ao Governo federal compete orientar a Política de Turismo, coordenando as iniciativas e adaptando-as às reais necessidades de desenvolvimento econômico e cultural da sociedade. Ainda, por meio da Política de Turismo, o poder público deve atuar através da concessão de incentivos fiscais e financeiros a empreendimentos, obras e serviços considerados de interesse turístico.

2.2 Avaliação de Políticas Públicas

A avaliação é parte constitutiva do *policy cycle* (ciclo político), o qual, conforme Souza (2006) é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. De acordo com Frey (2000), as tradicionais divisões do ciclo político se diferenciam apenas gradualmente, sendo comum a todas elas as fases de formulação, implementação e controle dos impactos das políticas (avaliação).

Conforme Cohen e Franco (2004), a fase de avaliação não deve ser concebida isoladamente ou como auto-suficiente, pois seus resultados tem por objetivos fornecer subsídios para a melhoria do processo de tomada de decisão, bem como a melhor alocação de recursos dentro de uma Política.

Para Saravia (2006:34-35), a avaliação “consiste na mensuração e análise, *a posteriori*, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às conseqüências previstas e não previstas”.

Conforme Frey (2000), na fase de avaliação, os impactos efetivos do programa já implementado são analisados, a fim de apontar os efeitos colaterais indesejados. Caso os objetivos da política ou programa já tenham sido atingidos, a avaliação ou controle de impacto pode levar à suspensão ou ao fim do ciclo político ou, caso contrário, pode levar ao começo de um novo ciclo. Dessa forma, esta fase é de suma importância para o desenvolvimento e a adaptação contínua da política.

Theodoulou (1995) salienta que a avaliação não precisa ser realizada somente após a implementação da política, mas também durante todo esse processo. Para a autora, a avaliação pode ser realizada por uma variedade de atores governamentais, bem como de atores não-governamentais, incluindo a mídia, os acadêmicos e os grupos de interesse.

Assim, a avaliação é considerada a fase mais dinâmica do ciclo político e busca identificar se as políticas e programas foram ou não bem sucedidas, ou seja, se os impactos foram os esperados (MENDONZA, 2007).

Conforme assinalado por Anderson (1975), *apud* Viana (1996), a fase de avaliação envolve diferentes tipos de estudos, quais sejam: avaliação de impacto, que mede a efetividade da política; avaliação da estratégia de implementação, que indica qual foi mais produtiva; e avaliação de monitoramento, que mede a eficiência gerencial e operacional da política.

Segundo Belloni *et al.* (2003:59-61), “os critérios básicos de avaliação usualmente propostos para avaliação de política pública são: eficiência, eficácia e efetividade”, os quais funcionam como indicadores gerais de avaliação das ações de planejamento e execução e dos resultados alcançados pela política. Para Costa e Castanha (2003:973), eficiência se refere a “menor relação custo-benefício possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa” e eficácia pode ser entendido como “medida em que o programa atinge os seus objetivos e metas”

A efetividade, por sua vez, é o mais complexo dos três conceitos, onde a preocupação central é verificar a real necessidade e oportunidade de determinadas ações estatais, deixando claro que setores são beneficiados em detrimento de outros. A efetividade, portanto, se concentra mais na qualidade do resultado e na própria necessidade de certas ações públicas (TORRES, 2004).

Para Cohen e Franco (2004) existem duas formas de avaliações quanto ao tempo em que as estas deverão acontecer, quais sejam: *ex-ante*, realizada no início do programa ou formulação do mesmo, podendo ser considerada um diagnóstico que visa dar suporte à decisão de implementar ou não um determinado programa; e *ex-post*: geralmente feita ao término do programa com objetivo de medir os resultados alcançados.

Figueiredo e Figueiredo (1986), baseando-se em Nachmias (1979), argumentam que a pesquisa de avaliação pode ser classificada em dois tipos básicos: avaliação de processos e avaliação de impactos. Costa e Castanhar (2003), baseando-se em Sulbrandt (1993), utiliza tipologia semelhante, mas acrescenta a avaliação de metas (realização de produção ou produtos).

A avaliação de processos, de acordo com Figueiredo e Figueiredo (1986:111), tem por objetivo verificar a eficácia do programa, ou seja, se este foi ou está sendo implementado de acordo com o proposto e cumprindo as metas desejadas. Para os autores “a importância desta

linha de avaliação está no fato de que é impossível antever todos os tipos de entraves, problemas e conflitos possíveis durante a realização de um programa”. Dessa forma, este tipo de avaliação, se realizada ao longo da implementação, permite o monitoramento dos processos diretamente responsáveis pela produção do efeito esperado.

A avaliação de impacto, de acordo com Figueiredo e Figueiredo (1986), baseando-se em Deutscher (1979), Lima Jr. *et al.* (1978) e Tullock (1978), refere-se aos efeitos do programa sobre a população-alvo e procura estabelecer uma relação de causalidade entre a política e as alterações nas condições sociais.

Por fim, para Costa e Castanhar (2003), a avaliação de metas, que tem por objetivo medir o grau de êxito que um programa obtém em relação ao alcance de metas previamente estabelecidas. Para os autores essa modalidade de avaliação trata-se de uma avaliação *ex-post facto*, assim como a avaliação de impacto, que deve ser realizada após o programa (ou uma etapa do mesmo) ter sido concluído. Não obstante, esse método apresenta uma série de limitações, dentre as quais se destacam a dificuldade de especificar com precisão as metas; a existência de várias metas, o que dificulta a seleção de metas a serem incluídas no processo de avaliação; e mudanças nas metas ao longo da própria execução do programa.

3 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa pode ser classificada com um estudo de caso, do tipo descritivo, pois busca avaliar uma Política adotada pelo Estado de Minas Gerais, a Política de Circuitos Turísticos. Para Yin (2002:3), o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Segundo Cervo e Bervian (2003:67), um estudo descritivo “trata-se do estudo e da descrição das características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada”. Ainda, o estudo também é classificado como pesquisa de levantamento, por ter como fonte de dados primários as respostas dos questionários e entrevistas semi-estruturadas, aplicados junto aos sujeitos sociais. Conforme Gil (2002), a pesquisa de levantamento caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

As unidades de análise foram a SETUR e todos os circuitos turísticos de MG certificados até o ano de 2008, exceto o Circuito Belo Horizonte, por apresentar peculiaridades que o diferenciam dos demais. Sendo assim, a pesquisa considerou 37 circuitos dos 38 certificados até 2008. Ressalta-se que, até dezembro de 2010, Minas Gerais contava com 46 circuitos certificados. Atribui-se esse recorte ao fato de este estudo buscar avaliar uma Política e, para isso, a mesma já deveria apresentar resultados à época da coleta de dados. Dessa forma, considerou-se que circuitos com pelo menos dois anos de existência já poderiam apresentar algum tipo de resultado. O desenho definitivo da pesquisa surgiu a partir de conversas exploratórias e da aplicação de questionário que contemplava informações preliminares sobre os circuitos, durante o 3º Salão Mineiro de Turismo em Minas Gerais, realizado em maio de 2010.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas com agentes da SETUR e dos circuitos turísticos. Na SETUR foram realizadas entrevistas com quatro sujeitos sociais, os quais foram selecionados em virtude de terem participado do processo de formulação e/ou implementação da Política. Dois entrevistados possuem cargos de direção – um na área de Promoção e Apoio a Comercialização e o outro na área de Planejamento das Políticas de Turismo; um possui cargo de Superintendência – de Políticas de Turismo; e um possui o cargo de analista de turismo. Salienta-se que esta seleção ocorreu após a realização de visitas exploratórias à SETUR, e ainda, por indicação dos gestores, que consideram estas pessoas importantes dentro do escopo da Política.

Outra fonte de dados primários foi a aplicação de questionários junto aos responsáveis pela gestão dos circuitos. Ressalta-se que foi priorizada a aplicação junto aos gestores, mas, no caso dos circuitos sem gestores, priorizou-se aqueles responsáveis pelas atividades de gestão. Ainda, em alguns circuitos, apesar de possuírem gestores quando da execução da pesquisa, estes não puderam participar e indicaram outra pessoa para responder ao questionário. Assim, em vinte e sete (72,97%) circuitos analisados os questionários foram respondidos pelos gestores, em quatro (10,81%) pelos presidentes, em dois por presidentes que também são gestores (5,41%); em dois (5,41%) por membros da diretoria; em um (2,70%) pelo secretário; e em um (2,70%) pelo turismólogo do circuito.

Para a análise dos dados foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, que, segundo Bardin (1977:42), pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Segundo o autor, durante esta análise o pesquisador é responsável por delimitar unidades de codificação ou registro, que variam de acordo como o material analisado. Para o autor, a organização da codificação compreende três escolhas a serem realizadas pelo pesquisador: recorte (escolha das unidades de registro e de contexto); enumeração (escolha das regras de contagem); e classificação e agregação (escolha das categorias).

Puglisi e Franco (2005) apresentam duas formas de se elaborar categorias na Análise de Conteúdo: definidas *a priori*, quando se busca uma resposta específica para o problema de pesquisa; ou categorias criadas a partir do conteúdo a ser analisado. Para Laville e Dione (1999) as categorias definidas *a priori* são estabelecidas por meio de uma grade fechada, ou seja, o pesquisador recorre à literatura antes de ir a campo para formular as categorias. Já as categorias definidas *a posteriori* são estabelecidas por meio de uma grade aberta, ou seja, durante a realização da pesquisa, e apresenta flexibilidade para mudanças até que se determine as categorias mais robustas. Ainda, os autores apresentam as categorias estabelecidas por meio de uma grade mista, ou seja, que incorporam características das grades abertas e fechadas, de forma que, apesar das categorias terem sido criadas preliminarmente, com base na literatura, estas ao longo da pesquisa podem sofrer alterações.

Neste estudo considerou-se um recorte a nível semântico, definindo-se como unidade de registro, o tema (assunto) abordado nas respostas dos entrevistados. Como unidades de contexto considerou-se as falas dos entrevistados. As regras de contagens utilizadas foram: presença ou ausência das unidades de registro nas falas dos entrevistados; e também frequência, já que, sempre que possível tentou-se quantificar o número de respostas para cada unidade de registro. Já as categorias de análise foram definidas *a priori*, conforme Quadro 01.

Quadro 01: Categorias de Análise

Categorias	Subcategorias	Nº de respondentes da SETUR	Nº de respondentes dos Circuitos
Resultados da Política	Resultados favoráveis	3	37
	Resultados desfavoráveis	4	34
Dificuldades na execução da Política	Dificuldades para a SETUR	4	0
	Dificuldades para os Circuitos	0	35
Perspectivas	-	3	36

Fonte: Elaborado pela autora.

Salienta-se que para as análises, os 4 agentes estratégicos da SETUR entrevistados foram codificados com a letra E, seguido do número da entrevista (E1, E2, E3 e E4). Já os 37 agentes estratégicos da SETUR foram codificados com a letra C, seguindo a mesma forma (C1, C2 ...C37).

4. Apresentação e Análise dos Dados

Conforme já mencionado, a Política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais será avaliada tanto na percepção de agentes estratégicos da SETUR quanto dos circuitos, sendo esta análise apresentada, inicialmente, de forma separada e, posteriormente, de forma comparada.

4.1 Resultados da Política

4.1.1 Resultados Favoráveis

- **Percepção dos Agentes Estratégicos da SETUR**

Conforme E2, o primeiro resultado positivo da Política foi a *estruturação da gestão pública da atividade turística em Minas Gerais*, que possibilitou a criação de uma Política própria. Esta tem se tornando referência para outros Estados e até mesmo para a Política Nacional, conforme mencionado por E2: “(...) a gente em muito pouco tempo conseguiu definir uma estratégia muito própria de Política de Turismo no Estado, ter claro que que a gente quer, alinhado com o Plano Nacional, e fazer um processo todo integrado internamente pra gerar resultados efetivos”.

Todos os entrevistados afirmaram que a partir da implementação da Política houve um *aumento do fluxo de turistas em Minas Gerais*, tanto do mercado nacional quanto internacional. Embora não haja pesquisas internas que denotem esse aumento, os entrevistados fizeram essa afirmação com base em estudos realizados em âmbito federal.

Para E1 esse aumento do fluxo de turistas é o resultado-fim da Política, e em parte, foi conquistado pelo trabalho que vem sendo realizado pela SETUR junto às agências de turismo do Brasil, as quais tem apostado no turismo mineiro.

De acordo com E2, esse aumento do fluxo tem sido percebido não só em relação aos atrativos mais tradicionalmente conhecidos, como os históricos e culturais, mas também aos atrativos relacionados à natureza e à aventura. Dessa forma, percebe-se uma *maior diversificação da oferta turística em Minas Gerais*, conforme objetivava a Política quando de

sua criação. Nesse ponto, E2 chama a atenção para o fato de que o Estado tem ofertado uma série de produtos inovadores em diferentes operadoras, conforme evidenciado na sua fala:

(...) a gente tem um cardápio variado hoje de produtos, principalmente na região central aqui, com destinos culturais e nas regiões de serra no Serra do Cipó, no Triângulo Mineiro, no Sul de Minas e agora indo para o leste de Minas e o próximo desafio é Norte de Minas. A gente tem inovação na possibilidade de vivenciar Minas Gerais, tem produtos novo sendo vendido no Estado, mais de 100 novos produtos, a gente tem hoje 17 operadoras nacionais, em convênio com a Secretaria de Estado por meio da Associação que as representa, ofertando produtos turísticos de Minas Gerais em todo o Brasil.

Ainda, a captação de rotas internacionais de vôos diretos para Minas e a realização de projetos em parceria com os Estados limítrofes, desenvolvendo ações conjuntas para a melhoria dos atrativos turísticos, também acabou estimulando os turistas a visitarem mais os destinos mineiros e por isso, também representa um aspecto que propiciou o aumento do fluxo turístico em Minas Gerais, conforme pode-se observar na fala de E2: “(...) hoje a gente tem as rotas que ligam os Estados, muito facilmente, então a gente está fazendo projetos integrados, que está permitindo esse aumento de fluxo”.

Outro resultado considerado importante foi a *descentralização de recursos* para os circuitos, o que além de ajudá-los a se estruturar melhor para atender os municípios associados, também tem criado um processo educativo sobre a captação e gestão de projetos, conforme evidenciado por E3:

A descentralização de recursos que a gente conseguiu fazer, a gente descentralizou mais de R\$2.000.000,00 pras instâncias de governança e isso é uma coisa inédita no Brasil, e até pra fazer isso a gente teve todo um processo educativo com eles, pra aprender a elaborar um projeto, gerir o projeto, gerir o recurso, aplicar o recurso, prestar conta do recurso, é dinheiro público, tem que ser bem aplicado, as contas tem que ser prestadas milimetricamente, tem que ter um projeto, tem que ter um plano de trabalho, tem meta nesse plano de trabalho, existe um monitoramento disso (...).

Por fim, E3 também ressalta que a *criação da Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais - FECITUR* também é um resultado positivo da Política, uma vez que esta tem possibilitado um maior diálogo entre a SETUR e os circuitos. Esse resultado evidencia-se na fala do entrevistado:

Outra coisa muito interessante então hoje pra nós, nós temos a Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais, que é referência no Brasil. Nenhum Estado tem esse tipo de federação. Hoje dentro do seu organograma a secretária coloca a SETUR, FECITUR e o Conselho na mesma linha. O conselho trata do trade e a FECITUR trata dos circuitos turísticos (E3).

- **Percepção dos Agentes Estratégicos dos Circuitos Turísticos**

De acordo com vinte e dois entrevistados, o principal resultado da Política foi a *integração dos municípios para trabalhar o turismo de forma regional*, uma vez que estes passaram a unir esforços para desenvolverem suas potencialidades turísticas, como aponta C2: “Para mim, as questões favoráveis são as óbvias, no sentido que você trabalha uma região e não um município, então através da região, você tem condições de desenvolver mais municípios, de forma mais igual, mais igualitária, de forma cooperada (...).

De acordo com dois entrevistados, é possível perceber como resultado o *maior fluxo de turistas na região* e, dado os diferentes produtos turísticos que são oferecidos

(principalmente dentro de roteiros turísticos), também *uma maior permanência e conseqüentemente maior gasto do turista*, como mencionado por C19: “(...) permanência do turismo na região, aumento do fluxo e permanência de turistas na região, e o turista permanecendo aqui, ele roda mais a cadeia produtiva (C19)”.

Conforme três entrevistados, o “*despertar*” dos municípios para a importância da atividade turística, a partir do trabalho de mobilização e sensibilização realizado pela SETUR, também representa um resultado positivo da política, pois os municípios passaram a enxergar uma oportunidade de se desenvolverem por meio desta atividade, como evidenciado por C34: “ (...) favorável foi o despertar, a mobilização e organização que foi feita nas regiões seja por parte da SETUR, seja por parte das próprias entidades, associações, que mobilizaram e sensibilizaram as pessoas nos lugares.

A partir da implementação da Política, seis entrevistados também consideraram que houve uma *melhoria na relação com o Estado*, especificamente com a SETUR, já que, desde a criação da Política, representantes dos circuitos, têm tido a oportunidade de participar de discussões sobre os rumos da Política. Ademais, os municípios passam a ter um maior acesso a informações sobre o turismo, uma vez que os gestores dos circuitos estão sempre trocando informações com outros gestores, participando de encontros, reuniões e eventos promovidos pela SETUR, onde são discutidos, em conjunto, os rumos do setor. Assim, os circuitos podem se beneficiar, sempre que possível, das oportunidades existentes, o que pode ser evidenciado na fala de um de C14: “(...) hoje a gente senta com o Estado, igual a gente esteve em Uberlândia semana passada, a gente senta praticamente com o estado inteiro e discute uma política de turismo, para o Estado”.

Outro resultado positivo apontado por dois entrevistados foi a *descentralização da gestão*, visto que esta deu maior autonomia para cada região planejar o seu desenvolvimento turístico, o que pode ser evidenciado fala de C31: “Descentralização da Política Pública de Turismo, integração regional e autonomia para planejar o desenvolvimento turístico”.

A *maior visibilidade de municípios menores que não eram destacados no setor turístico* também foi apontado por dois entrevistados como resultado da Política, uma vez que esta permitiu a interiorização da atividade turística, permitindo que municípios sem aparente tradição turística também pudessem desenvolvê-la, assim como apontado por C9: “Eu acho que favoráveis a visibilidade dos municípios menores que não eram destacados em Minas Gerais. Por estarem integrados aos circuitos”.

Além destes resultados, outros também foram apontados de forma específica por alguns circuitos, quais sejam: *o próprio fato de se criar uma política pública para a gestão da atividade turística em Minas Gerais; desenvolvimento econômico e social das localidades; fortalecimento da atividade turística; maior acesso dos municípios a informações sobre turismo; aumento da força para a captação de recursos; maior mobilização para o desenvolvimento do turismo; orientação de gestão focada em mercado turístico; autonomia para planejar o desenvolvimento turístico da região; maior organização do Estado; maior organização dos municípios; melhoria dos municípios que já eram conhecidos; a conquista do ICMS turístico; disponibilidade de convênios da SETUR; e desconcentração da oferta turística.*

Dessa forma, considera-se que a Política tem conseguido apresentar resultados bastante significativos, pois por meio de um trabalho conjunto, entre os agentes da SETUR e agentes dos circuitos, conseguiu organizar a atividade turística no Estado, fazendo com que todos os municípios mineiros pudessem participar, ainda que em graus diferentes de envolvimento, de uma política pública de turismo. Esta organização também se deu por parte dos circuitos, que em apenas dez anos de existência já conseguiram criar uma federação para lhes representar perante o Estado. Ademais, a desconcentração da oferta também é positiva na medida em que municípios com potencial turístico antes inexplorado, a partir da Política, têm

conseguido, ainda que não na mesma proporção dos destinos já consolidados, se destacarem e atraírem mais turistas.

Comparando a percepção dos agentes da SETUR com a percepção dos agentes dos circuitos, conforme Quadro 02, percebe-se que enquanto esses valorizam mais a integração dos municípios para o desenvolvimento da região (associação, cooperação), a SETUR destacou mais os aspectos relacionados ao aumento do fluxo turístico. Os resultados comuns mencionados foram: a

Quadro 02: Resultados favoráveis da Política

Principais Resultados Favoráveis Citados	Agentes da SETUR	Agentes dos Circuitos
Organização da atividade turística no Estado	x	x
Aumento do Fluxo Turístico	x	x
Diversificação da oferta turística	x	x
Descentralização de recursos	x	x
Criação da FECITUR		x
Integração dos Municípios para o desenvolvimento da região (associação, cooperação)		x
Despertar para o turismo		x
Oportunidade de discutir com o Estado a Política de Turismo		x
Maior visibilidade de municípios menores que não eram destacados no setor turístico		x

Fonte: Dados da pesquisa

4.1.2 Resultados Desfavoráveis

- **Percepção de Agentes Estratégicos da SETUR**

Dentre os agentes estratégicos da SETUR, somente E1 identificou algum resultado desfavorável da Política, se referindo ao *benefício maior que é dado às regiões turísticas tradicionalmente conhecidas*. O resultado esperado era que a Política atendessem a todos de forma homogênea, levando em consideração, obviamente, as necessidades e potencialidades de cada uma. A fala de E1 evidencia esse aspecto:

“ (...) a gente esperava que o crescimento fosse mais homogêneo, já que a gente está estimulando todas as instâncias a se formarem, todas as regiões a constituir Circuitos Turísticos e a se aprimorarem no planejamento regional, acredito que pelo menos na formação do Programa, é que houvesse um desenvolvimento mais homogêneo, mas aí a gente viu que o desenvolvimento turístico continua concentrado em algumas regiões (...).

- **Percepção de Agentes Estratégicos dos Circuitos**

Dois entrevistados citaram como resultado desfavorável da Política a *dependência dos circuitos em relação à SETUR*, o que acaba prejudicando a sua autonomia, conforme observa-se na fala de C1: “(...) a gente fica meio esmagado entre o Estado e o Município, mas o poder de governança é às vezes um pouco questionado”.

Também dois entrevistados consideraram como resultado desfavorável o *baixo orçamento da SETUR* e, em consequência, o baixo valor repassado aos circuitos, como C26

aponta: “(...) o orçamento é muito pequeno (...) parece ser um valor até substancial. Só que na hora que você divide isso pelo número de municípios que participam, é ridículo”.

De acordo com onze entrevistados, a *dificuldade de sustentabilidade financeira dos circuitos*, que se dá em sua maioria por meio do pagamento de mensalidades das prefeituras, tem representado um grande problema para os circuitos, visto que muitos municípios não conseguem se manter adimplentes. Para os entrevistados, a SETUR deveria dar condições para os circuitos se manterem em funcionamento, como por exemplo oferecendo infraestrutura básica e remunerando os gestores, visto que estes, constantemente, além de atender demandas do próprio circuito, também tem demandas da SETUR, que justamente devido a baixo orçamento, delega funções para os circuitos, sem contudo, descentralizar recursos para tal, conforme mencionado por C21:

Como ponto negativo, é que por ser um programa de regionalização que foi estipulado pelo governo, além de todos os recursos descentralizados, de ações dirigidas para essas instâncias, governanças, que trabalham pra “eles”, deveria ser feito um estudo para ajudar na sustentabilidade de cada região. Por que tem muito circuito ai que ta morrendo por falta de verba.

Para dois entrevistados outro resultado desfavorável é o fato da *SETUR* ser *bastante burocrática em relação às cobranças e exigências* junto aos circuitos, como apontado por C10:

a questão ruim do negócio do Circuito da SETUR, com a SETUR, é a burocratização. É uma burocratização, uma papelada que manda, um monte de e-mail que manda (...) porque de certa forma eles planejam lá em cima e acham que tudo aqui em baixo está tudo igual a um quartel esperando eles mandarem fazer e nós fazermos correndo.

De acordo com oito entrevistados, a *Política tem beneficiado mais os circuitos mais desenvolvidos*, principalmente com ações e recursos financeiros, que já tinham o turismo fortalecido. Logo, esses se tornam mais profissionais e mais competitivos, fazendo com que haja dificuldades em desconcentrar a oferta turística. Ao ser perguntado sobre os resultados da Política C28 mencionou:

(...) a distribuição dos recursos, eu acho muito desigual (...) a distribuição de recursos, que às vezes inviabiliza bons projetos e bons produtos por que tem que se investir sempre naqueles que já estão em evidencia. Então isso impede que os que estão em potencial venham se tornar um produto tão bom quanto e se desenvolver.

A *falta de prioridade dos prefeitos com relação aos circuitos turísticos* também foi apontado por dois entrevistados como resultado desfavorável, conforme destaca C16:

(...) é o descaso do próprio Governo Municipal (...). Eu acredito que se o Governo começar a enxergar o turismo de uma forma, do jeito que ele enxerga uma obra que é feita, porque é mais só a secretaria de obra trabalhando e acham que isso aí é a cara do município, que isso aí vai encher os olhos do turista (...).

Ainda, de acordo com dois entrevistados, *existem muitas cobranças e demandas de ações por parte da SETUR, mas pouco apoio*, como financeiro, por exemplo, como evidenciado por C31: “Existem muitas cobranças e pouco apoio financeiro do poder público federal e estadual na estruturação, operacionalização, roteirização e promoção dos circuitos.

Especificamente, outros resultados desfavoráveis também foram apontados pelos entrevistados, tais como: *falta de reconhecimento das prefeituras de que o circuito é uma*

instância de governança; falta de comprometimento e envolvimento dos associados; rivalidade entre os municípios de um mesmo circuito; tendência das prefeituras em acreditar que vão continuar dentro do programa não importa o que acontecer; inexistência de lei que legitime a participação dos municípios no circuito; dificuldades de compreensão do desenvolvimento turístico quando ocorrem mudanças na gestão municipal; pouca divulgação e esclarecimentos oficiais sobre a Política de Circuitos Turísticos para municípios, trade turístico e comunidades; falta de visitas de técnicos e profissionais do turismo nos municípios; diferentes níveis comprometimento e envolvimento das prefeituras; mesmas cobranças para circuitos diferentes; e falta de preparação dos circuitos para receber a Política.

Diante do exposto, percebe-se que a SETUR ainda atua pouco em circuitos que são menos desenvolvidos, o que faz destes apenas meros integrantes da Política, sem, contudo, se beneficiarem da Política. Constatou-se também que embora a SETUR trabalhe de forma descentralizada, alguns circuitos ainda não conseguem ter autonomia, indo contra ao que se esperava quando da criação dos circuitos. Dessa forma, torna-se necessário que a SETUR delegue mais a gestão e, na medida do possível, transfira um maior aporte de recursos para que os circuitos consigam se manter. Além disso, a burocratização para atender as exigências da SETUR para que os circuitos sejam contemplados com a Política deve ser revista ou os circuitos devem ser melhor instruídos para atendê-los, visto que de nada adianta a disponibilização de ações ou de recursos se os circuitos não conseguirem ser contemplados.

Comparando a percepção dos agentes, percebe-se que o único resultado desfavorável apontado em comum por ambos os agentes é o maior apoio às regiões turísticas tradicionalmente mais conhecidas.

4.2 Dificuldades na Execução da Política

- **Percepção de Agentes Estratégicos da SETUR**

Conforme E1 e E3, a *escassez de recursos, tanto financeiros quanto de pessoal* tem representado uma grande dificuldade para a SETUR trabalhar suas ações junto aos Circuitos, fazendo com que nem todas as demandas sejam atendidas, conforme citado por E3:

Você tem uma equipe que é, eu vou falar em termos da gestão pública, é obvio que eu posso fazer muita mais se eu tiver uma equipe maior, uma estrutura maior de trabalho, um orçamento maior pra prover todos esses condicionantes e atender melhor as demandas, claro que isso assim, isso são as nossas hoje as nossas maiores dificuldades, nossos maiores entraves.

Outro fator apontado por E3 como algo que dificulta o processo de gestão da Política é *a falta de entendimento das questões jurídicas do turismo*, tanto por parte da SETUR quanto dos circuitos e menciona que essa falta de entendimento pode ser justificada pela falta de conhecimento acumulado sobre o Direito do Turismo, como observa-se na sua fala:

Essa questão toda da burocracia, do entendimento jurídico das questões do turismo, são muito específicas, então os processos, os procedimentos aplicáveis à atividade elas ainda, eles ainda são muito lentos pra gente gerar, deflagrar um processo interno dentro da gestão pública, eles se tornam menos ágeis porque juridicamente você tem ainda entendimentos que não são consistentes.

- **Percepção de Agentes Estratégicos dos Circuitos**

Vinte entrevistados afirmaram que uma grande dificuldade que os circuitos vêm enfrentando é com relação à *sustentabilidade financeira*. Em grande parte dos circuitos, muitas prefeituras estão inadimplentes e como, na maioria das vezes, estes não recebem apoio financeiro de outras fontes, acabam tendo dificuldades para se manterem em funcionamento.

Para os entrevistados, a SETUR deveria dar mais condições para os circuitos trabalharem, conforme evidenciado por C12: “o Governo não dá condições pra trabalhar e quer que a gente assuma isso. Esse assumir acaba caindo na questão financeira (...)”.

Outra dificuldade apontada por cinco entrevistados é *sensibilização da comunidade*, ou seja, a dificuldade em fazer com que as comunidades entendam o papel do circuito, que se envolvam e se comprometam com as ações propostas por estes, conforme mencionado por C1:

(...) conseguir sensibilizar todo mundo e unificar o discurso, sabe? Por mais assim, que todo mundo entenda a missão e tal, mas na hora que chega lá na pontinha mesmo do turismo acontecendo, na hora que a gente chega no município você fala “meu Deus do céu.” (...) essa reação em cadeia é muito complicada (...).

De acordo com dois entrevistados, os circuitos contam com um *reduzido número de funcionários* e isso faz com que grande parte das atividades a serem desenvolvidas fique a cargo de uma ou duas pessoas, o que acaba os sobrecarregando o gestor, como citado por C2:

(...) é o número reduzido de funcionário, que não existe uma equipe hoje, muito por uma questão financeira, não existe uma equipe responsável por cada setor. E aqui acaba centralizando muito, não só no gestor, mas principalmente no diretor executivo também que a questão da decisão está muito centralizada em uma pessoa só. E a gestão, o planejamento é centralizado, muito centralizado, porque não tem essa questão da equipe e da gestão estar centralizada também porque não tem. Sou eu e Deus, mais ou menos isso.

A *falta de conscientização por parte das prefeituras e também da iniciativa privada* sobre a importância do turismo e sobre as potencialidades do setor também é considerada uma dificuldade para seis entrevistados, como salienta C15: “A maior dificuldade, que eu até já falei, é a falta de entendimento dos gestores públicos, dos empresários, com relação a atividade turística. Não sabem o que é a atividade turística, que é a indústria do turismo (...)”. Essa dificuldade tem como consequência a não associação dos atores aos circuitos.

A *falta de compromisso dos próprios associados com os circuitos* também foi citado por oito entrevistados como uma dificuldade na execução a Política, conforme mencionado por C9: “Acho que a falta de compromisso (...) dos que estão realmente assumindo esse. Até mesmo vamos dizer assim da diretoria, de acreditar realmente no potencial, no quê a gente está fazendo, de qual é o nosso trabalho. Eu acho que falta um pouco de compromisso”.

Os circuitos também encontram dificuldades para *captar associados da iniciativa privada*, de acordo com quatro entrevistados, uma vez que estes acreditam que a gestão do turismo é de responsabilidade do poder público, como evidenciado por C10: “(...) trazer a iniciativa privada, que a iniciativa privada acha que isso é função do poder público. Esse é um outro problema também”.

A *ausência de gestor* nos circuitos também representa uma dificuldade para os circuitos, conforme evidenciado por três entrevistados, visto que sua gestão acaba ficando a cargo do presidente e/ou membros da diretoria, os quais, por possuírem outras atividades profissionais, acabam não tendo tempo de se dedicar às atividades dos circuitos. Este aspecto pode ser evidenciado na fala de C36:

Ausência do gestor que eu acho que hoje é tudo assim para a gente. Eu acho que a gente poderia até pensar mais, ousar mais, isso não justifica a gente ter um planejamento falho, mas eu acho que a figura

do gestor hoje para nós viabilizaria muito mais ações, muito mais planejamento.

De forma específica, outras dificuldades foram apontadas pelos entrevistados, tais como: *dependência do circuito em relação a gestões passadas; falta de planejamento, divergências e conflitos de interesse; falta de autonomia na gestão do circuito; política em excesso; mobilização das comunidades; falta de profissionalismo nas prefeituras; ausência de equipe técnica e equipamentos (sede e veículo próprio) permanentes que garantam as atividades mínimas demandadas pelo associados; ausência de representantes municipais com autonomia para executar ações no município; inexistência de um setor de criação de projetos para mobilização de recursos de recursos; falta de apoio técnico personalizado da SETUR; falta de rigor do Estado em relação à aplicação dos recursos financeiros no turismo; descontinuidade dos governos municipais; não cumprimento do estatuto pelos associados; ausência de uma rota no circuito turístico; preferência que alguns circuitos possuem no que diz respeito aos investimentos públicos; falta de um veículo próprio; e pouco apoio para o circuito trabalhar a promoção e marketing turístico do circuito.*

Comparando a percepção dos agentes entrevistado, percebe-se que a maior dificuldade enfrentada pelos circuitos, assim como pela SETUR é a financeira. Dessa forma, como a SETUR trabalha com um baixo orçamento e os circuitos tem que se manter com a mensalidade paga pelas prefeituras, que muitas vezes estão inadimplentes, torna-se necessário que os circuitos amplie seu número de associados, principalmente da iniciativa privada.

Contudo, dada a dificuldade dos circuitos em conscientizar esses associados da iniciativa privada, torna-se imprescindível que a SETUR faça um trabalho de sensibilização no Estado, demonstrando a importância do turismo e das vantagens que ele pode trazer aos envolvidos.

4.3 Perspectivas

- **Percepção dos Agentes da SETUR**

Conforme E2 existe a perspectiva de que os circuitos se tornem cada vez mais competitivos, a fim de provocar e promover o desenvolvimento turístico das regiões, desconcentrado o fluxo turístico. Para E2:

(...) então esse é o nosso desafio grande, fazer com que os destinos consolidados hoje realmente sejam cada vez mais competitivos pra provocar e promover o desenvolvimento turístico da sua região, pra desconcentrar o fluxo, e aí de fato você ter toda essa base da Política, de descontração, permanência, pulverização do consumidor ali naquela região, gerando trabalho, gerando renda, gerando distribuição da economia, e mostrar a força econômica do turismo de Estado (...).

Para E4 existe a perspectiva de que os circuitos consigam a sustentabilidade financeira e aproveitem melhor as oportunidades, como a Copa do Mundo de 2014, conforme apontado por E4: Espero que eles consigam se manter, conseguir associados, fazer trabalhos para conseguir serem sustentáveis, aproveitando aí os eventos que estão por vir que são as Olimpíadas e a Copa do Mundo(...).”

- **Percepção dos Agentes dos Circuitos Turísticos**

A grande maioria dos entrevistados, vinte e nove, acreditam na continuidade da Política. Para estes, embora a proposta inicial não deva sofrer mudanças, baseada nos princípios de regionalização, existe a expectativa de que esta tenha melhorias, conforme

apontado por C6: “(...) é continuar o quê está sendo bem feito, melhorar o quê precisa ser melhorado e inovar ainda mais. Acho que é isso mesmo (C6).

Ainda, três entrevistados esperam que a SETUR dê maior apoio aos circuitos menores, deixando de privilegiar mais os circuitos já tradicionais. A expectativa é de que a SETUR interaja de forma igualitária com todos os circuitos, conforme apontado por C4:

Que o governo interaja mais com os circuitos, que a Secretaria interaja mais com todos os circuitos principalmente não dê prioridade aos destinos mais consagrados. Que realmente descentralize. Porque eles propuseram uma política de regionalização, mas eles acabam privilegiando alguns destinos que já são consagrados. Aí acaba que não dá oportunidade para os outros destinos subirem também (C4).

Assim, diante do exposto, constata-se que as perspectivas dos agentes da SETUR e dos agentes dos circuitos são diferentes. Enquanto a SETUR espera que os circuitos se tornem mais competitivos e auto-sustentáveis, o que facilitará o trabalho da SETUR, os circuitos apresentam uma visão mais de continuidade da Política, porém sem a mesma beneficiar um ou outro circuito.

5 Conclusões

Conforme proposto, o presente estudo avaliou a Política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais na percepção de agentes estratégicos no que se refere aos principais resultados (favoráveis ou não) alcançados, perspectivas com relação à continuidade da Política e dificuldades na sua execução.

No geral, quanto aos resultados, constatou-se que os agentes estratégicos da SETUR percebem como resultados favoráveis da Política: maior organização da atividade turística no Estado; aumento do fluxo turístico; maior descentralização de recursos; e a criação da FECITUR. Quanto a resultados desfavoráveis, somente identificou-se, na percepção de um dos entrevistados, o fato de a Política beneficiar mais as regiões turísticas tradicionalmente conhecidas, pelo fato de estas, dada à estrutura já consolidada, conseguirem se desenvolver mais. Ainda na percepção de agentes da SETUR, constatou-se que as principais dificuldades na execução da Política estão relacionadas à escassez de recursos, tanto financeiros quanto de pessoal e à falta de entendimento das questões jurídicas sobre turismo. Para estes agentes, as perspectivas são de que os circuitos se tornem cada vez mais competitivos e que consigam atingir a sustentabilidade financeira; e que consigam aproveitar melhor as oportunidades.

A Política também foi avaliada na percepção dos agentes responsáveis pela gestão dos circuitos turísticos. Os principais resultados favoráveis apontados por esses agentes foram: integração dos municípios para o desenvolvimento da região (associação, cooperação); aumento do fluxo turístico e permanência do turista nos destinos; despertar (conscientização) para o turismo; oportunidade de discutir com o Estado a Política de Turismo; descentralização; maior visibilidade de municípios menores que não eram destacados no setor turístico, dentre outros específicos a cada circuito. Já os principais resultados desfavoráveis citados por esses agentes foram: dependência dos circuitos em relação à SETUR; baixo orçamento da SETUR; dificuldade de manutenção financeira dos circuitos; burocratização da SETUR; maior apoio aos circuitos mais desenvolvidos; falta de prioridade dada ao turismo; e muitas cobranças da SETUR e pouco apoio.

Quanto às dificuldades enfrentadas pelos circuitos na execução da Política os agentes da SETUR apontaram como principais: dificuldade financeira; dificuldade de sensibilização da comunidade; reduzido número de funcionários no circuito e sobrecarga do gestor; falta de

conscientização das prefeituras sobre a importância do turismo; falta de envolvimento e comprometimento dos associados com o circuito; dificuldade de trazer a iniciativa privada para o circuito; e ausência de gestor. Quanto à perspectiva desses agentes, constatou-se que a grande maioria acredita na continuidade da Política, porém, esperam que os circuitos menores e sem tradição recebam um maior apoio.

Diante do exposto, conclui-se que, a Política apesar de apresentar mais resultados favoráveis que desfavoráveis, tanto na visão dos agentes da SETUR quanto dos circuitos, as dificuldades apontadas, aliadas às fragilidades nas estruturas dos circuitos, que possuem poucos recursos humanos e financeiros, podem ameaçar a continuidade da Política. Não obstante, se as perspectivas dos entrevistados se concretizarem, a Política poderá, pelo menos em parte, superar os fatores ainda limitantes.

Assim, diante do exposto, acredita-se que esta avaliação se revela relevante, no sentido de que, como não há mecanismos específicos para avaliação da Política analisada, esta avaliação pode apontar a configuração atual da Política. Ademais, acredita-se que os resultados encontrados possam permitir um diagnóstico preliminar da Política de Circuitos Turísticos em Minas Gerais, de modo a subsidiar decisões futuras sobre as ações a serem desenvolvidas a curto e longo prazo para a continuidade da Política.

Como futuras pesquisas, sugere-se realizar análise da mesma natureza estratificando o território por mesorregião, de forma a identificar se em todos os circuitos os resultados e dificuldades se apresentam da mesma forma. Além disso, pode-se agrupar os circuitos conforme o nível de gestão (profissionalização) em que se encontram, confrontando com os resultados obtidos, de modo a identificar se circuitos considerados mais profissionais apresentam melhores resultados. Por fim, acredita-se que, a partir deste trabalho, outras políticas descentralizadas possam ser avaliadas, utilizando-se da mesma abordagem metodológica, guardadas as especificidades de cada setor.

Referências Bibliográficas

BARDIN, L. (1977). **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70.

BELLONI I.; MAGALHÃES H. de; SOUZA L. C. de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. 3. ed. São Paulo. Corte, 2003.

CERVO, A. L.; BERVAIN, P. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, Vozes, 2004.

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out. 2003.

CRUZ, R. de C. A. da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: **América Latina**: cidade, campo e turismo. EMOS, A. I. G. de, ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. São Paulo: CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2006.

FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 35 (1), jan./fev. 2001.

FREY, K. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, vol.21. 2000. p. 211-259. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>. Acesso em 20/09/2010

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. **Avaliação Política e Avaliação de Políticas: Um Quadro de Referência Teórica.** *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p.107 – 127, set./dez. 1986.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GOELDNER, C. R., RITCHIE, J. R. & MCINTOSH, R. W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias.** 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

LAVILLE, C. & DIONNE, J. **A construção do saber** _ Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG,1999.

MENDOZA, E. C. Usos y costumbres en la hechura de las políticas públicas en México. Límites de las *policy sciences* en contextos cultural y políticamente diferentes. In: Jefatura de Gabinete de Ministros. (Org.). **Lecturas sobre el Estado y las políticas públicas: retomando el debate de ayer para fortalecer el actual.** Buenos Aires. v. 1, p. 259-294, 2007.

MINAS GERAIS. **Decreto n. 43.321 de 08 de maio de 2003.** Dispõe sobre o reconhecimento dos Circuitos Turísticos e dá outras providências

PUGLISI, M. L.; FRANCO, B. **Análise de conteúdo.** 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2005

SARAVIA, E. Introdução à Teoria da Política Pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas Públicas.** Brasília, ENAP, v. 2. 2006.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais.** 11. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008. 132 p.

THEODOULOU, S. Z. 1995. **How Public Policy is Made In Public Policy: The Essential Readings,** ed. Stella Z. Theodoulou and Matthew A. Cahn. p. 86-96.

TORRES, M. D. de F. **Estado, Democracia e Administração Pública no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VIANA, A. L. Abordagens Metodológicas em Políticas Públicas. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro: 30 (2), 1996, p. 5-43.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** Trad. Daniel Grassi. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.